

Reinvenções dos Sexos Gênero, masculinidades e medievo

Profa. Tatiane Sant'Ana Coelho Reis

Bacharel em História - UFRJ
Colaboradora do Programa de Estudos Medievais (PEM)- IFCS- UFRJ
taty_reis@oi.com.br

Resumo

Este artigo visa estabelecer uma visão mais ampla sobre os estudos de gênero com base nas suas principais contribuições, destacando interlocuções possíveis, principalmente com história medieval. A masculinidade será tratada com especial interesse já que seus estudos começaram a ser desenvolvidos mais tardiamente em comparação aos estudos das mulheres.

Palavras-chave: Gênero, Masculinidade, Sexualidade.

Abstract

This article aims to establish a wider view about gender studies based on the main contributions, emphasizing possible similarities, mainly to medieval history. Since men's studies started to be developed later than women's study, masculinity will be treated with special attention.

Keywords: Gender, Masculinity, Sexuality.

Perante o arenoso terreno em que se encontram os pensadores dedicados aos estudos de gênero, este trabalho não pretende formular definições ou apresentar sólida discussão bibliográfica sobre o tema. Neste artigo prevalecerá a preocupação em mapear as dificuldades e as contribuições dos estudos de gênero principalmente no que tange o trabalho historiográfico e, mais precisamente, a área de História Medieval. Haverá especial atenção ao estudo da masculinidades, não só por um interesse pessoal e desenvolvimento de pesquisa individual, como também por se tratar de um enfoque desprivilegiado se comparado a outros temas como corpo, mulheres e família.

Com relação à historiografia, foi atrelada a uma abordagem mais descritiva que as mulheres tornaram-se alvo de interesse nos meios acadêmicos, em meio ao que se chamou de Nova História. Mais fortemente ligada às lutas feministas, a emergência da história das mulheres ocorreu numa época em que pululavam pelo mundo focos de interesse por informações sobre o “sexo feminino” ao longo da história. Não será pormenorizada a trajetória dos movimentos feministas, cabendo aqui a ressalva que, ao longo de sua luta, apresentaram tendências diversas nas propostas e argumentos defendidos.

Nos anos 80, o abalo do pensamento iluminista e a concepção da chamada virada linguística (*linguistic turn*) têm suma importância para o estabelecimento de uma nova relação entre sujeito e objeto, na qual o papel mais ativo, e “assumido”, do pesquisador torna-se destaque na produção do conhecimento nas mais diferentes áreas. Configurava-se o surgimento do chamado paradigma pós-estruturalista ou pós-moderno. Podemos situar neste momento uma forte contestação à demarcação das diferenças entre homens e mulheres e ainda à própria homogeneidade que carregava o termo mulheres. Negras, pobres, lésbicas muitas vezes não se viam como integradas às demandas dos movimentos feministas, o termo mulheres soava para elas um tanto elitista e limitado. Antes usado como sinônimo de sexo biológico, sobretudo atrelado ao feminino, o termo gênero começa, então, no seio das ciências sociais a ser descolado da idéia de sexo biológico adquirindo o caráter de construção sócio-cultural.

Uma das mais citadas autoras nos trabalhos de gênero no Brasil, Joan Scott combateu firmemente a noção impregnada pela homogeneidade e afirmou que gênero é integrante das relações de poder e consiste em “*um saber que estabelece significados para as diferenças sexuais*” (Scott 1994: 12-13, 25). As noções de saber e poder utilizadas pela historiadora norte-americana são fortemente influenciadas pelas elaborações do filósofo Michel Foucault.

Thomas Lacqueur, assim como Scott, pauta-se em Michel Foucault, sendo, entretanto, mais contestador perante o termo sexo. O olhar biológico, para ele, está imbuído de uma concepção cultural. O estudo de Thomas Lacqueur intitulado *Inventando Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* é exemplar nesse sentido e capaz de surpreender muitos leitores ao afirmar que o gênero antecedeu o sexo. Sua argumentação destaca a permanência do modelo sexo único até o século XVIII, no qual a hierarquização entre homens e mulheres é estruturada com base em grau de perfeição, tendo os homens ocupado gradação mais elevada, ainda de acordo com essa concepção (Lacqueur 2001).

Neste sentido as concepções de Judith Butler, para quem a distinção entre sexo e gênero também se distancia daquela formulada por Scott, ajudam a delinear os diferenciados entendimentos deste termos tão caro aos pesquisadores interessados nos estudos de gênero. A autora desnaturaliza os sexos feminino e masculino e entende que o gênero é performativo, ou melhor, “*um jogo de interpretações do corpo, que não é restrita a dois, e isso, finalmente, é uma mutável e histórica instituição social*” (Butler 2006).

Ainda que não possamos falar de uma ampla aceitação, por parte dos acadêmicos, dos estudos de gênero, este campo vem sendo mais valorizado e divulgado (existência de centros de estudo específicos, crescente quantidade de artigos e livros especialmente dedicadas ao tema). Essa aceitação em nosso país é relativa visto que é possível perceber a pequena quantidade de disciplinas oferecidas nas universidades brasileiras destinadas aos estudos de gênero e ainda o quanto os estudantes universitários brasileiros das áreas de ciências humanas desconhecem suas possibilidades.

Um equívoco comum é considerar os estudos de gênero como sendo restritos a temáticas específicas, excluindo, por exemplo, temas que se aproximem da política ou da economia. Muitos são os assuntos em que a colaboração mostra-se frutífera. Outro ponto muitas vezes obnubilado é a grande variedade de fontes a serem exploradas com a utilização deste arcabouço teórico que podem variar de leis a cartas privadas ou de relatos de milagres a revistas.

Os menos interessados em gênero tendem a reduzi-lo ao “estudo de mulheres” o que desconsideraria, então, a masculinidade (ou desconhecida) como possibilidade de estudo. A distinção entre sexo e gênero como exemplificamos acima de forma sucinta nem sempre é plenamente elucidada em textos que se inserem neste campo. Ainda que ambos os termos tenham definições variáveis e criticáveis, assim como grande parte dos conhecimentos nas ciências humanas, mostra-se pertinente chamar atenção para a necessidade dos pesquisadores explicitarem em seus textos as definições que estão direcionando o estudo. Filosofia, psicanálise e linguística são apenas algumas das áreas que contribuíram e efetivamente colaboram para o desenvolvimento dos estudos de gênero.

Se compararmos os estudos do feminino com aqueles direcionados a analisar o masculino, estes apresentam-se mais numerosos que aqueles. Podemos relacionar este fato a uma naturalização no senso comum, mas que ainda encontro de certa forma uma aceitação no meio acadêmico, de ver o homem como ser não constituído de historicidade, ou melhor, não haveria uma historicidade presente naquele em que o universal se concebe por excelência. Mais uma vez devemos fazer a ressalva de que este é um quadro dinâmico, mas que sua mudança, apesar de ser nítida, não se mostra tão acelerada.

Masculino e feminino são categorias relacionais e apresentam hierarquizações internas elaboradas também no âmbito do social. Pensar nas masculinidades é também questionar na permanência de uma hegemonia masculina em muitos aspectos de sociedades contemporâneas, ou seja, há de se colocar os homens, também, como objetos de estudo.

Christiane Klapisch-Zuber chama nossa atenção para a polaridade e superposição integrantes dos escritos a partir dos quais refletimos acerca da relação entre homens e mulheres na época medieval. A polaridade refere-se à classificação binária que delinea-se na horizontal. Já a superposição nos remete à hierarquização, ou seja, uma interdependência vertical entre as duas categorias. A teologia medieval, por ser baseada no relato da criação, segundo o qual o homem é o princípio da espécie, inferioriza e subordina a mulher, configurando a misoginia tão arraigada naqueles séculos. O homem seria a unidade, a mulher a ambivalência (Klapisch-Zuber 2002).

Se um dos riscos mais iminentes para os historiadores é o de anacronismo, pensar na utilização de uma categoria aberta parece uma escolha que se enquadra bastante. Ao utilizarmos a categoria gênero como uma categoria aberta, ou seja, construída com base nos textos analisados e na historiografia acerca dos temas correlatos, podemos reduzir as probabilidades de projetarmos no *corpus* documental

selecionado aquilo que associamos na contemporaneidade a masculinos e femininos.

Ainda que o termo gênero, tal quais muitos outros conceitos que utilizamos em trabalhos acadêmicos, tenha sido elaborado no século XX, a hierarquização entre masculino e feminino e no (interior delas) estava presente nas sociedades medievais, as quais não foram genitoras da mesma. Pensamos a idéia de masculino de um texto de acordo com qualificações, atitudes e até silenciamentos presentes num discurso. Não há, portanto, uma definição pronta e/ou correta. Há, sim, aquela formulada de acordo com o *corpus* documental selecionado. Dado que nenhum texto é impermeável às condições de sua produção o(s) autor(es), seu público e as variadas condições de produção do texto são conhecimentos necessários ao estudioso por permitir uma visão mais complexa e embasada sobre o documento.

A consagrada expressão “Idade Média” refere-se a um longo período, de aproximadamente dez séculos, sobre o qual permanecem lacunas (que em parte chega ao grande público devido a filmes hollywoodianos), mas também muitos preconceitos e reducionismos. A menor quantidade de fontes medievais disponíveis, em comparação com períodos posteriores, adiciona um atrativo aos estudos de gênero, pois nos permite repensar autores muitas vezes já bastante conhecidos por meio de um novo viés. Se no século XIX o apreço por documentos oficiais fez com que às hagiografias fosse renegado o *status* de uma fonte confiável, desde o século passado estudiosos de destaque, tais como Michel de Certeau, ressaltaram o potencial contido neste tipo de material tão vasto para os padrões medievais. “*A vida de santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade. Ela supõe que o grupo já tenha uma existência. Mas representa a consciência que ele tem de si mesmo, associando uma imagem a um lugar.*” (Certeau 2002: 269). Logo, (des)qualificar as hagiografias como “fonte” é “inutilizar” um material enriquecedor sobre uma miríade de populações que viveram no período logo, partilhavam e reconstruíam seus valores, perpassados por questões de gênero, independente da verossimilhança das informações contidas ali. De acordo com Andréia Frazão, este tipo de texto pode ser um ponto de partida para diversos tipos de indagação, tais como estudos de gênero, dos intercâmbios culturais, da história da leitura, da circulação de livros, da organização social, entre outros (Silva 2004).

Em algumas hagiografias a presença de figuras femininas é bastante reduzida e, nestes casos, o silenciamento do discurso pode ser valioso para detectarmos valores propagados ou refutados. Maureen C. Miller, ao investigar as masculinidades em duas versões medievais distintas das vidas de Santo Ulrich, faz referência à pouca quantidade de mulheres ao longo de ambas narrativas, sendo as mesmas religiosas. No que concerne aos ideais de masculinos presentes em suas fontes, enquanto agressões físicas e verbais legitimam as masculinidades dos cavaleiros, as mulheres são retratadas como vítimas da violência. A visão do outro, de acordo com este estudo, também acaba sendo permeada por questões de gênero, já que o domínio sarraceno é retratado como feminino e a conquista cristã caracterizada como viril (Miller 2003).

Outro exemplo que pode ser mencionado é o segundo livro da compilação, cuja edição latim/português foi realizada por Maria do Amparo Tavares Maleval, inteiramente dedicada ao apóstolo Tiago Maior, escrita no século XII, intitulada *Liber Sancti Jacobi* (Maleval 2005). Ao longo dos vinte e dois relatos de milagres que compõem a segunda parte do *Liber* são raras as menções a figuras femininas das quais nenhuma é agraciada pelo santo. Com relação a Tiago, seus atributos que em maior quantidade aparecem no texto são os de: apóstolo, cavaleiro e peregrino. Os dois primeiros estão essencialmente ligados ao masculino. Já a peregrinação era uma prática extensiva às mulheres, porém, tal como defende Ann Craig em seu artigo “*Stronger than man and braver than Knights*”, elas deveriam prezar pela discrição, acima de tudo,

já que sua natureza seria propensa ao desvio, à irracionalidade e à corrupção de si e de outrem. Apesar de possuírem os mesmos direitos legais para integrar grupos que se empreendiam peregrinação, mediante o teor coletivo das peregrinações, tanto por mar quanto por terra, a presença feminina não era estimulada e muito menos bem recebida (Craig 2003).

Carolyne Bynum interpreta, em textos medievais, a descrição de um homem (ela oferece o exemplo de Boaventura ao falar de Francisco de Assis) como uma mulher como uma “inversão simbólica”. Seria uma forma metafórica “*para expresar su renuncia o pérdida de poder, autoridad y posición social típicamente 'masculinos'*” (Bynum 2003: 435). A autora integra essa interpretação a uma análise mais ampla em que desenvolve de que forma aspectos do cristianismo como encarnação de Deus em forma de homem e questões sobre alma e corpo estão entrelaçadas no escritos medievais elencados.

Tendo sido o cristianismo um elemento presente e fundamental nas formulações e contínuas reapropriações culturais naquele período, a Igreja Ocidental, que tem sobretudo entre os séculos XI e XIII a consolidação de sua estrutura e hierarquia, é uma instituição da qual há preservado um vasto material que pode e vem sendo explorado por pesquisadores de várias áreas. É importante salientar que no âmbito do que é chamado nos livros de Igreja Ocidental estão incluídas ordens monásticas, bispados, papado e várias outras organizações que não possuíam necessariamente interesses coadunados, além disso haviam vários níveis de hierarquia, muitas vezes sobrepostas. Isto constitui um significativo argumento para, no mínimo, repensarmos noções como a existência de uma “mentalidade medieval”, estendendo esse posicionamento crítico a uma visão simplista das vivências de homens e mulheres naquele período.

Se por um lado a maioria dos escritos preservados do medievo foram escritos por homens, principalmente clérigos, e isso é uma característica a ser pensada num estudo, não podemos supervalorizar isso como diferenciador. Desta forma, partir do pressuposto que o “sexo masculino” compartilha um modelo similar de masculinos e femininos e, por outro lado, que a todas as mulheres corresponderiam modelos diferentes significa naturalizar os agentes históricos, distinguindo-os pelo sexo biológico redundando assim numa naturalização no mínimo incapaz de contemplar a multiplicidade social.

Há algum tempo vejo sendo noticiada uma suposta crise da masculinidade que estaria sendo vivida atualmente. Esmiuçar as mudanças (culturais, políticas e científicas) que, mais aceleradamente no século XX, teriam “maculado” a suposta unidade do sexo masculino seria, neste artigo, inadequado e de limitada valia tendo em vista os propósitos expostos. Não só os estudos de gênero, mas o mínimo de conhecimento histórico, e das demais áreas das ciências humanas, nos permite ter a dimensão do quão variada e instável têm sido a espécie humana em seus modos de vida. O abandono pela busca de uma “verdade” e a insustentabilidade da noção de homem sinônimo de sujeito universal reforçam pertinência em complexificar aquilo que ainda é, em grande medida, propagado como essencialmente masculino.

Sexualidade, identidade e corpo são conceitos que também se articulam aos estudos de gênero, contribuindo para um discussão mais ampla de temas tão corriqueiros na vida de todos nós, mas que foram por muito tempo desconsiderados na historiografia, carecem de maior atenção em muitos livros didáticos de história e são tratados na imprensa nem sempre com o devido embasamento. Por se tratarem de conceitos, não são auto-explicativos e/ou inequívocos, carecem de explanação por aqueles que venham a instrumentalizá-los.

Permanece nas sociedades ocidentais, mas não só, uma certa hesitação em

questionar a suposta essência ativa dos homens, o que ocasiona implicações diretas na forma como é pensada, no senso comum, mas não exclusivamente, a homossexualidade. Artes marciais, violência e “estabilidade emocional” são alguns dos elementos que são muito mais facilmente associados aos homens. A masculinidade homossexual ocuparia uma posição subordinada na ordenação ocidental de gênero, que amiúde corrobora a complementaridade de homens e mulheres “*que está socialmente codificado como a prática do heterossexismo, ou heterossexualidade compulsória*” (Braidotti 1997: 134). Essa heterossexualidade vista como parâmetro de normalidade recebe especial atenção a partir do século XIX, momento no qual é pela primeira vez utilizado o termo. Jonathan Katz nos lembra que esta é mais uma das tradições que foram “inventadas”, ao contrário do que apregoa algumas religiões, dentre elas o cristianismo. Katz ao longo de sua obra afirma que a heterossexualidade foi alvo de preocupação em termos de definição após uma distinção entre os papéis sexuais de homens e mulheres e que houve uma espécie de catalogação de inúmeras práticas sexuais, qualificando-as como “normais” ou “anormais”. Os discursos científicos tendem a estabelecer padronizações que se pretendem “neutras”, característica tão comum atualmente em estudos de genética que se propõem a “desvendar” a partir do DNA diferenças entre homens e mulheres e até entre homossexuais e heterossexuais. Sobre as diferenciações oitocentistas analisadas por Katz, teriam sido construídas as “identidades sexuais” modernas. Apesar de o “padrão” de relacionamentos amorosos (visando constituir família) ser homem-mulher a respectiva definição foi posterior à elaboração de um nome para os relacionamentos entre “iguais”. O autor chega a abarcar pontos muito instigantes para os pesquisadores de sexualidade e gênero que são textos privados em que relações sexuais entre homens são refutadas veementemente, enquanto aquelas ocorridas entre mulheres não geram fortes “represálias” (Katz 1996). Casamento, procriação e família são valores, tidos como universais e naturais, que não obedecem às mesmas configurações em culturas diferentes e são propagados de maneira a corroborar uma legitimidade em se cristalizar um padrão sexual.

Críticos de Jacques Lacan apontam sua concepção de que a negatividade do feminino seria um componente fundamental do simbólico, em oposição ao homem (detentor do falo), como um obstáculo ao questionamento mais “radical” de uma idéia binária limitada a homens e mulheres (Brennan 1997, 16). Relacionar femininos e masculinos, ou até mesmo extrapolar essa polaridade, em estudos de gênero não redundam em um ponto de vista negativo sobre as mulheres. Os estudos de gênero “brotaram” em meio às múltiplas mulheres que questionavam a eficiência da categoria mulher em seu caráter uníssono. A masculinidade começou a ser estudada um pouco depois em decorrência da percepção dos pesquisadores que ao se “debruçarem” os homens como objetos de estudo seria propiciado um questionamento mais sólido da “hegemonia masculina” que vem sendo corroída historicamente. Podemos (re)pensar muito da história medieval (se é que faz sentido, tratando-se de pós-estuturalismo e gênero aplicar o termo no singular) com os estudos de gênero, que já renderam frutíferos trabalhos e ainda têm um amplo terrenos de temáticas e “fontes” a analisar. Mesmo aquelas “fontes” já estudadas por um considerável número de autores são “capazes” de propiciar novos dados e reflexões a partir de “novas ferramentas teóricas”. A ampliação de estudos sobre o(s) masculino(s) tendem a solidificar os estudos de gênero e a complexificar aqueles sobre o(s) feminino(s), da mesma forma que ao nos distanciarmos da nossa realidade vivida e nos “aventurarmos” no medievo podemos colaborar com a desnaturalização de padrões contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA

- BRAIDOTTI, Rosi. A política da diferença ontológica. In: BRENNAN, Teresa (org). *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997, p. 123-144.
- BRENNAN, Teresa. Introdução a Para Além do Falo. In: _____. (org). *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997, p. 9-39.
- BYNUM, Caroline W. La utilización masculina de los símbolos femeninos. In: LITTLE, L. K. et ROSENWEIN, B. H. (org.). *La Edad Media a debate*. Madrid: Akal, 2003. p. 431-449.
- CERTEAU, Michel de. Uma Variante: a Edificação Hagio-Gráfica. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 266-280.
- CRAIG, Leigh Ann. 'Stronger than men and braver than knights': women and the pilgrimages to Jerusalem and Rome in the later middle ages. *Journal of Medieval History*, v. 29, nº 03, setembro/2003, p. 153-175.
- LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2001.
- KATZ, Jonathan. *A invenção da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, J. e SCHIMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo/Bauru: Imprensa Oficial do Estado/EDUSC, 2002, v. 2, p. 137-149
- MALEVAL, Maria do A. T. *Maravilhas de São Tiago: narrativas do LSJ, Codex Calixtinus*. Niterói: EDUFF, 2005.
- MILLER, Maureen C. Masculinity, Reform, and Clerical culture: Narratives of Episcopal Holiness in the Gregorian Era. *Church History*, v. 72, nº 1, março/2003. p. 25-52.
- PÉROTIN-DUMON, Anne. *Masculinidad. El Género en Historia*. London: Institute of Latin American Studies, University of London. Disponível em: http://americas.sas.ac.uk/publications/docs/genero_primera_cap4.pdf Último acesso: 10/12/2008.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma Útil Categoria de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.
- _____. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, nº 3, 1994, p.11-27.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Igreja, Santidade e Gênero na hagiografia mediterrânea dos séculos XI ao XIII. In: PEREIRA, Maria Cristina C. L. et FOGELMAN, Patrícia (org.). *Simpósio Internacional sobre Representações Cristãs: textos e imagens religiosas na América Colonial*, 1, dezembro de 2004. Atas....Vitória: Grupo de Pesquisa em Imagens Cristãs, 2004 (CD-ROM).
- Entrevista com Judith Butler. *Revista IHU Online*. Disponível em: http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=72 Último acesso: 12/01/2008.